ISSN: 2358-8829

TECENDO REDES DE ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR: O NAPE COMO DISPOSITIVO DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA

Andrea Gavazzi Cardoso Felix [1]
Abner Martins Batista [2]
Larissa Diniz Pires de Moura [3]
Patricia Leite Novis [4]
Sâmara Pampulonia Ribeiro [5]
Danielle Leite de Oliveira Gusmão [6]

INTRODUÇÃO

As últimas décadas têm sido marcadas por transformações significativas no ensino superior, especialmente no que se refere à ampliação e diversificação do acesso discente, o que tem colocado em evidência demandas historicamente invisibilizadas relacionadas à inclusão, à saúde mental e à permanência estudantil. Com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a responsabilidade institucional tem sido requerida para que barreiras sejam eliminadas e a garantia de acesso seja efetivada, alinhando-se ao Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009 sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aos Direitos Humanos e à promoção da igualdade.

Diante deste cenário, tornou-se necessária a criação de um dispositivo articulador institucional para o cuidado, mediação e corresponsabilização, sendo no caso deste

[1] Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro – UniLaSalle-RJ, Graduação em Farmácia e Pós graduada em Farmácia Industrial (USF-SP), andrea.felix@soulasalle.com.br;
[2] Licenciado em Geografia (UFF - RJ) e graduando do Curso de Psicologia do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro – UniLaSalle-RJ, abner.batista@soulasallel.com.br;
[3] Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro – UniLaSalle-RJ, coautor2@email.com;
[4] Pedagoga, graduada do Curso de Pedagogia do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro – UniLaSalle-RJ, patricianovis@hotmail.com;
[5] Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro – UniLaSalle-RJ, samara.pampulonia@lasalle.org.br;
[6] Orientadora: Doutoranda (UFF), Psicóloga Coordenadora do Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro – UniLaSalle-RJ. danielle.gusmao@lasalle.org.br

ISSN: 2358-8829

estudo, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante – NAPE o setor que articula essas redes, deslocando a inclusão de uma lógica centrada no indivíduo para uma lógica institucional de permanência.

Nesse contexto, o problema que orienta esta pesquisa é o de compreender de que modo dispositivos institucionais de apoio podem contribuir para enfrentar desigualdades e ampliar condições de acessibilidade no cotidiano acadêmico, considerando experiências corporificadas de diferença que atravessam os percursos formativos, com o objetivo de analisar as contribuições do Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante (NAPE) para os processos de inclusão, acessibilidade e permanência.

A investigação sobre o NAPE se justifica por permitir examinar como suas estratégias de apoio atuam não apenas de forma assistencialista, mas também como mecanismo de transformação institucional e de fortalecimento da autonomia estudantil. Essa transformação se manifesta na reorganização de práticas pedagógicas e administrativas, a qualificação das políticas de permanência e a redução de barreiras atitudinais que atravessam a experiência de estudantes em situação de diferença. Ao tomar como foco as dinâmicas institucionais nos níveis micro e meso, o estudo contribui para deslocar o debate sobre inclusão de uma perspectiva centrada no indivíduo para uma perspectiva centrada na instituição, reafirmando a universidade como espaço de garantia de direitos.

Considerando a construção dialógica das estratégias desenvolvidas com os estudantes, utilizou-se a metodologia PesquisarCOM (Moraes, 2010) que tomou como material de análise atendimentos psicopedagógicos, registros institucionais e articulações com docentes e coordenações ao longo do ano de 2025. A escolha pela metodologia do PesquisarCOM se deu por possibilitar uma análise construída juntamente aos sujeitos envolvidos nos processos de apoio, valorizando os saberes produzidos na experiência cotidiana e evitando uma leitura unicamente técnica ou normativa da inclusão. Assim, este trabalho se justifica tanto pela sua relevância social e institucional, ao subsidiar a qualificação de políticas de permanência estudantil, quanto pela sua contribuição teórica, ao articular os campos da psicopedagogia institucional, dos Direitos Humanos e dos estudos sobre deficiência e diferença no contexto universitário.

Os resultados indicam que a atuação do NAPE contribuiu para reorganizar práticas institucionais, qualificar políticas de permanência estudantil e reduzir barreiras atitudinais e pedagógicas. Ao afirmar a inclusão como responsabilidade institucional e não como

ISSN: 2358-8829

adaptação individual, o estudo reafirma a universidade como espaço de garantia de direitos, orientado pelo princípio da igualdade e comprometido com a promoção de práticas mais equitativas de permanência estudantil.

Assim, conclui-se a importância do NAPE na construção de uma universidade mais acessível. Sua atuação pode contribuir não apenas para responder às demandas individuais apresentadas pelos estudantes, mas também para identificar barreiras recorrentes e favorecer mudanças nas práticas institucionais.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, de abordagem qualitativa, fundamentou-se na metodologia do PesquisarCOM, proposta por Moraes (2010). Sob essa perspectiva epistemológica, compreende-se que o pesquisador constrói o conhecimento em articulação direta com os sujeitos pesquisados. Consequentemente, o campo empírico deixa de configurar-se como um mero lócus de coleta de dados para firmar-se como espaço dialógico de interlocução, trocas e coprodução científica.

O material de análise constituiu-se dos atendimentos psicopedagógicos aos estudantes realizados pelo NAPE, registros institucionais e articulações com docentes e coordenações ao longo de 2025. A análise privilegiou as dinâmicas institucionais nos níveis micro e meso, examinando como práticas organizacionais produzem ou reduzem desigualdades no percurso formativo.

INCLUSÃO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reafirma a responsabilidade institucional pela eliminação de barreiras e pela garantia de acessibilidade no cenário nacional. Entretanto, quando a acessibilidade é compreendida apenas como oferta de adaptações pontuais ou arranjos individuais, corre-se o risco de manter a responsabilidade circunscrita ao próprio estudante. Essa limitação acontece de uma visão equivocada e naturalizada sobre a corporalidade, visto que a ideia de um "corpo normal" não se trata de um dado biológico neutro, mas sim de uma construção histórica e social consolidadas a partir do século XVIII (Diniz, 2007). Considerando esse aspecto, ser deficiente significa estar posicionado fora dessa norma socialmente imposta e hierarquizante (Diniz, 2007). A autora destaca que a "anormalidade" reflete um julgamento estético e moral: um corpo cego, por exemplo, não é intrinsecamente trágico,

ISSN: 2358-8829

pois a dimensão da tragédia nasce justamente da forma como a sociedade o julga, o desvaloriza e o trata. Assim, a deficiência constitui uma "possibilidade para a existência humana", e não um erro ontológico (Diniz, 2007).

Essa mudança de paradigma fundamenta-se na emergência dos disability studies (estudos sobre deficiência), campo surgido no Reino Unido e nos EUA na década de 1970, que deslocou a temática do âmbito estritamente médico-reabilitador para o campo das humanidades e das ciências sociais (Diniz, 2007; França, 2013). Foi a partir dessa perspectiva que o Modelo Social estabeleceu uma distinção conceitual crucial entre lesão (impairment), compreendida como o fato biológico ou a variação orgânica, e deficiência (disability), conceituada como a desvantagem ou restrição de participação social imposta por uma organização social excludente (França, 2013; Upias, 1976 apud França, 2013). Essa contradição se explicita quando a arquitetura ou a pedagogia institucional falham em contemplar a diversidade humana, a exemplo da ausência de acessibilidade nos transportes ou das barreiras atitudinais, arquitetônicas e comunicacionais nas instituições de ensino superior (França, 2013; Gesser; Böck; Lopes, 2020).

Desse modo, a deficiência passa a ser caracterizada como uma forma estrutural de opressão, semelhante ao sexismo e ao racismo (Diniz, 2007; Diniz; Barbosa; Santos, 2009; França, 2013). Tal opressão manifesta-se no capacitismo, definido como uma postura preconceituosa e hierarquizante que julga e reduz o valor e a capacidade dos indivíduos com base na adequação de seus corpos a um ideal de "corponormatividade" (Mello, 2016). Fundamentado no modelo biomédico e na ideologia da produtividade capitalista, o capacitismo submete os corpos desviantes da norma a uma permanente suspeita de incapacidade e invalidez (Abberley, 1987 citado por França, 2013; Gesser; Böck; Lopes, 2020; Mello, 2016).

Por fim, essa perspectiva politiza rigorosamente o vocabulário, superando concepções estigmatizantes ou paternalistas — como "portador de necessidades especiais" ou "inválido" — em prol dos termos "pessoa deficiente" e "pessoa com deficiência" (PcD) (Sassaki, 2002). A preferência pela apropriação da expressão "deficiente" manifesta na afirmação de uma identidade política e a resistência contra a ideia de que a deficiência seria um detalhe superficial ou um atributo individual a ser corrigido, afirmando-a como dimensão constitutiva do sujeito (Diniz, 2007; Sassaki, 2002).

No âmbito do Ensino Superior, a discussão politizada pela ética do cuidado e pela justiça social expõe o abismo existente entre o acesso e a permanência: ingressar na universidade não equivale a nela pertencer e permanecer (Gesser; Böck; Lopes, 2020). A verdadeira inclusão exige repensar a quem cabe a responsabilidade pela criação das condições estruturais de permanência, visto que a mera oferta de vaga não garante o aprendizado, a participação plena e o bem-estar dos estudantes. Necessita, portanto, que as instituições de ensino abandonem a lógica da adequação individual e assumam o compromisso anticapacitista de eliminação contínua de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais, garantindo que o direito à educação seja exercido em sua plenitude e pluralidade e atinja a coletividade. (Gesser; Böck; Lopes, 2020; Mello, 2016).

DO APOIO INDIVIDUAL AO COMPROMISSO INSTITUCIONAL E COLETIVO

A partir das contribuições dos estudos antirracistas, feministas e de gênero, o modelo social da deficiência transformou a percepção sobre a experiência corporal de indivíduos anteriormente categorizados como fora do padrão de normalidade (Diniz, 2007), e trouxe, para o debate das ciências humanas, uma nova categoria de análise interseccional do meio (Diniz; Barbosa; Santos, 2009). Sob essa perspectiva do modelo social da deficiência e a metodologia do PesquisarCOM (Moraes, 2010), a adaptação individual para a acessibilidade coletiva no NAPE encontra fundamento e ocorre em três eixos de análise: 1) acompanhamento e cuidado, 2) acessibilidade pedagógica e 3) articulação institucional.

O acompanhamento e cuidado surge a partir do vínculo formado com o estudante. Mediante complexas demandas heterogêneas, faz-se necessária respostas singulares. Dentro desse cuidado, permeado de afeto, o estudante não é apenas ouvido, mas barreiras são identificadas através da sua fala; e é a partir do trabalho com o aluno que vai se tecendo a produção da acessibilidade pedagógica.

O objetivo, no segundo eixo, é ampliar as possibilidades de participação do aluno. Entre essas alternativas, encontram-se as adaptações, que não implicam redução do rigor acadêmico (como provas adaptadas), mas modificações necessárias para aferir de forma idônea o aprendizado do estudante (Mingus, 2011, Diniz 2007).

Por último, encontra-se o eixo de articulação com a instituição. Este processo, é

um fazerCOM (Silva, 2017, Silveira, 2013) o aluno tendo o NAPE articulando as demandas necessárias com a instituição. O Núcleo de Apoio Pedagógico aponta as barreiras identificadas pelo aluno e busca, junto com os professores, estudantes e instituição, a resolução das demandas que auxiliam o demandante. Silva et al. (2017) sublinha essa mesma perspectiva de trabalho conjunto. Trabalho e produção de conhecimento que ocorre não *sobre* os sujeitos, mas em um fazerCOM eles. Dessa forma, o pesquisarCOM e o fazerCOM rompem com a ideia tradicional de que a deficiência é apenas uma limitação individual ou um problema pessoal. Em vez disso, essas práticas criam redes de apoio em que a vivência e a voz de cada pessoa ajudam a transformar o ambiente à sua volta. Além disso, como aponta Silveira (2013), o pesquisarCOM une o pesquisador, os participantes e o próprio espaço de atuação, criando um diálogo democrático em que todos participam das decisões e das mudanças na instituição. O pesquisarCOM opera na construção conjunta entre o pesquisador, o participante e o campo de intervenção, propondo arranjos e reflexões que descentralizam o saber acadêmico e constroem espaços democráticos de escuta, acolhimento e alteração das relações institucionais. (Moraes, 2010; Silveira 2013).

É articulando esses caminhos teóricos que o NAPE busca instrumentalizar a acessibilidade como prática coletiva. Ao atuar no acompanhamento afetuoso, na adequação pedagógica e na articulação institucional, a ação do Núcleo busca superar a fadiga de acesso (Konrad, 2021) enfrentada pelos estudantes. Por meio do pesquisarCOM (Moraes, 2010; Silva et al., 2017), a atuação passa pela lógica da Intimidade de Acesso (Mingus, 2011) e a acessibilidade relacional — na qual os atores da instituição compreendem, reconhecem, antecipam e constroem as adaptações necessárias de maneira coletiva. Trata-se de uma acessibilidade que transforma todo o meio, fundamentada no modelo social da deficiência (Diniz, 2007), para garantir uma universidade onde diferentes modos de estar e aprender possam permanecer e existir.

NAPE: ENTRE DEMANDAS SINGULARES E TRANSFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

O trabalho desenvolvido pelo NAPE parte de situações concretas que chegam por meio dos estudantes. Cada demanda possui uma história e está relacionada à maneira como aquela pessoa vivencia a universidade, suas relações e as atividades acadêmicas.

ISSN: 2358-8829

Por isso, embora possam existir demandas semelhantes, não significa que elas sejam vivenciadas da mesma forma. O que chega ao Núcleo não é apenas uma solicitação por determinado recurso, mas uma experiência que precisa ser compreendida dentro do contexto em que acontece.

Essa compreensão exige um olhar que não reduza o estudante à sua deficiência. A Psicologia Social, ao aproximar os estudos da deficiência de uma perspectiva crítica, contribui justamente para compreender o sujeito em relação com o contexto social, histórico e institucional em que está inserido (Gesser; Nuernberg; Toneli, 2012). Assim, conhecer a demanda significa também olhar para aquilo que acontece ao redor dela: as relações estabelecidas, as práticas acadêmicas, os modos de comunicação e as situações que podem facilitar ou dificultar a participação do estudante.

A universidade, da mesma forma que a educação básica, ainda é construída visando pessoas padronizadas, com modos de viver e aprender iguais. Neves, Maciel e Oliveira (2019) observaram que, em alguns casos, os Núcleo de Acessibilidade são a única fonte de informação, para a coordenação e os docentes, das necessidades específicas do estudante com deficiência. Por isso, núcleos como o NAPE (Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante) se fazem tão importantes dentro de uma instituição de ensino superior. Ele pode ser compreendido como um lugar para identificar barreiras que, muitas vezes, permanecem invisíveis para a instituição. De acordo com Araújo e Silva (2025, p. 6):

> incluir significa(ria) diminuir as barreiras à aprendizagem, garantindo a promoção de adaptações (cognitivas e linguísticas) necessárias para atender a todos os estudantes, independentemente da dificuldade apresentada, do tipo de deficiência e/ou transtorno Araújo e Silva (2025, p. 6).

O NAPE enquanto espaço de escuta singular e mediação entre discente, docente e instituição busca se concretizar em um papel maior e para além do acolher emocionalmente e adaptar pedagogicamente, vislumbrando enfraquecer o conceito de diferença, construído pela sociedade, que não se sustenta quando aproximamos a escuta, o olhar e a atenção para quem o sujeito configura-se propriamente. A pessoa com deficiência, “o mal-entendido”, é promissor, (DESPRET, 1999 apud MORAES; KASTRUP, 2010), porque apresenta novos olhares e possibilidades de compreensão sobre a experiência da deficiência, deslocando-a de uma perspectiva centrada na falta, na

limitação ou na inadequação para uma perspectiva que reconhece a singularidade do sujeito. Esse constitui, justamente, o horizonte de atuação do NAPE.

Portanto, os procedimentos do NAPE se consolidam em um trabalho cotidiano de transformação, tomando o conceito de inclusão como o processo da experiência humana, do pertencimento e do acolhimento das diversidades, sendo necessário fazer essa engrenagem de trabalho estar alinhada ao trato relacional, social e cultural dos corpos entre si no ambiente universitário. Isso não se limita à garantia de acesso das pessoas com deficiência nos espaços, mas trata de garantir que sua presença altere a dinâmica desse espaço, exigindo a revisão de valores, atitudes, conceitos de avaliação e metodologias, acolhendo a diferença como elemento enriquecedor da coletividade, e não como um "problema" a ser adaptado.

O objetivo do NAPE é transcender a dimensão do acolhimento imediato, a fim de não reproduzir o discurso hegemônico, que imputa as barreiras institucionais ao indivíduo. Dentre as competências do núcleo reside a capacidade de absorver demandas singulares apresentadas pelos usuários e articulá-las como um disparador para instigar a instituição no rompimento dos padrões vigentes, provocando repensar suas práticas e reconfigurar seus métodos, não apenas visando a adaptação para um aluno em específico, mas objetivando uma aprendizagem mais significativa de todos os alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As demandas que chegaram ao NAPE, durante o período analisado, foram muito heterogêneas, como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), ansiedade, depressão e demandas relacionadas ao aprendizado. Essa diversidade demonstra a importância de não limitar as trajetórias dos estudantes aos seus diagnósticos clínicos. Cumpre, portanto, considerar suas singularidades e, em articulação com os próprios sujeitos e os demais atores institucionais, analisar criticamente as barreiras que comprometem o pleno acesso, a aprendizagem e a permanência na educação superior.

Por meio da análise dos atendimentos psicopedagógicos, registros institucionais e articulações com docentes e coordenações, os resultados indicam que a atuação do NAPE

contribuiu para reorganizar práticas institucionais, qualificar políticas de permanência estudantil e reduzir barreiras atitudinais e pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise dos atendimentos psicopedagógicos, registros institucionais e articulações com docentes e coordenações ao longo do ano de 2025 ficou evidente que a acessibilidade e a inclusão no ensino superior constituem responsabilidades coletivas e institucionais.

Ao afirmar a inclusão como responsabilidade institucional e não como adaptação individual, o estudo reafirma a universidade como espaço de garantia de direitos, orientado pelo princípio da igualdade e comprometido com a promoção de práticas mais equitativas de permanência estudantil.

Nessa perspectiva, a atuação do NAPE contribui não apenas para responder às demandas individuais apresentadas pelos estudantes, mas também para identificar barreiras recorrentes e favorecer mudanças nas práticas institucionais.

Palavras-Chave: Inclusão no Ensino Superior; Permanência; Acessibilidade

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Miriam Esperidião de; SILVA, Maria de Lourdes Ramos da. A inclusão de estudantes com deficiência na educação superior: um compromisso de todos. **Perspectiva**, [S. l.], v. 43, n. 4, p. 1-24, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/96759. Acesso em: 5 set. 2026.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União : seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm . Acesso em: 11/09/2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, p. 64-77, 2009.

FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 31, p. 59-73, jul./dez. 2013.

GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paulo Henrique (Org.). **Guia para práticas anticapacitistas na Universidade**. Araraquara/São Paulo: UNESP/Santander; Florianópolis: UFSC/UDESC, 2020.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 557-566, 2012.

KONRAD, Annika M. “Access Fatigue: The Rhetorical Work of Disability in Everyday Life.” College English , vol. 83, no. 3, 2021, pp. 179–99. JSTOR , https://www.jstor.org/stable/26998253 Acesso em: 22 maio 2026.

MELLO, Anahi Gouveia de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016.

MINGUS, Mia. **Access intimacy: The missing link. Leaving Evidence, 2011.**

MORAES, M. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: Moraes, M. e Kastrup, V. Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.

NEVES, J. D. V.; MACIEL, R. A.; OLIVEIRA, M. V. S. Representações de práticas inclusivas: da realidade vivida aos caminhos da inclusão no ensino superior da Amazônia

paraense**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 100 n. 255, p. 443-463, 2019. Disponível em: http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3741. Acesso em: 7 set. 2026.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, ano 5, n. 24, p. 6-9, jan./fev. 2002.

SILVA, Thais Amorim et al. EscreverCOM: com quem? com o quê? para quê? Revista Polis e Psique, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 176-190, 2017.

SILVEIRA, Marília. Vozes no corpo, territórios na mão: loucura, corpo e escrita no PesquisarCOM. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.